

Luís Pereira Barreto: uma abordagem positivista da moralidade e da realidade brasileira

Prof. Dr. Fábio de Barros Silva
(UFSJ – São João del-Rei – MG – Brasil)
fabasi@live.com

Resumo: Este trabalho pretende caracterizar a abordagem positivista da moral e da realidade brasileira proposta por Luís Pereira Barreto (1840-1923). Para isso, inicialmente, procura realizar um pequeno balanço historiográfico da posição ocupada por Pereira Barreto no cenário que ficou conhecido por “ilustração brasileira”. Em seguida, indicamos, em linhas gerais, as principais teses do intelectual positivista e algumas chaves de leitura para a leitura de suas obras.

Palavras-chave: Luís Pereira Barreto; Ética; Positivismo.

1. Considerações iniciais

Como se poderá facilmente notar, este texto não tem a pretensão de ser absolutamente original. Ele, simplesmente, procura expor alguns aspectos que julgamos relevantes a respeito da discussão moral proposta pelo positivista Luís Pereira Barreto (1840-1923). É claro que, no esforço de enfrentar a temática, recorreremos às fontes, mas, ao mesmo tempo, ver-se-á, em sua composição, a importância assumida por alguns dos mais eminentes escrutinadores e intérpretes da história das ideias filosóficas no Brasil, tais como João Cruz Costa e sua *Contribuição à história das ideias no Brasil* (1956), Antônio Paim e a *História das ideias filosóficas no Brasil – Volume II* (2007), e, naturalmente, daquele que é, certamente, um dos maiores especialistas no exame e na avaliação da obra de Pereira Barreto, Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), que publicou dois textos seminais para a compreensão do positivismo no Brasil, a saber, *A ilustração brasileira e a ideia de universidade* (1986) e *A evolução do pensamento de Pereira Barreto* (1967), e que, além disso, é um dos responsáveis pela edição das obras completas do intelectual fluminense que atuou se destacou em terras paulistas¹.

2. A obra de Pereira Barreto: um breve balanço historiográfico

Na avaliação de Cruz Costa (1956), um dos traços importantes da obra de Pereira Barreto prende-se à sua constante preocupação com o Brasil. Sua adesão ao positivismo explica-se pelo desejo de “encontrar, nas novas doutrinas que a filosofia moderna lhe apresentava, uma diretriz

¹ Em vida, o Prof. Roque Spencer Maciel de Barros chegou a dirigir a publicação do volume das Obras Filosóficas de Pereira Barreto (1967). O projeto completo das publicações, contudo, permaneceu estático até 2001, quando a Profa. Gilda Naécia Maciel de Barros, esposa do professor, o retomou e reiniciou a publicação do que restava. Até o momento foram publicados os Volumes II (2001), III (2003) e IV, tomo I (2013). Cf. Referências.

nova para a vida política nacional. Nos seus livros o Brasil está presente, constantemente presente” (CRUZ COSTA, 1956, p. 151). Sua obra, assim, reveste-se de um caráter prático e ativo que não se limita ao estudo, à compilação, à divulgação e à apreciação da doutrina positivista, mas à necessidade de conferir um novo rumo para a cultura e para a inteligência brasileira (Cf. *Ibidem*, p. 153).

Uma discussão interessante a respeito da introdução do cientificismo no Brasil pode ser encontrada na obra de Antônio Paim (2007). Valendo-se especialmente dos estudos de Laerte Ramos de Carvalho, Paim faz uma análise retrospectiva do advento do cientificismo no Brasil, indicando a Real Academia Militar como a instituição que incorporou, desde o início, o espírito científico que o Marquês de Pombal, em meados da segunda metade do século XVIII, pretendia instaurar em Portugal. À ciência de matiz positivista da década de 1850, inicialmente dedicada ao exame de problemas de matemática aplicada, somou-se, pouco a pouco, a intenção de vincular o positivismo ao exame das questões de ordem política, social e moral. É neste contexto que, conforme Antônio Paim (Cf. 2007, p. 214), Luís Pereira Barreto, cuja adesão à corrente positivista ocorreu durante estada na Bélgica, onde se doutorou em Ciências Naturais e formou-se em Medicina (1864), insere-se. A análise de Paim (2007), nesse sentido, coaduna-se à de Roque Spencer Maciel Barros (1967, p. 12), que afirma: “É preciso esperar 1865 para que a outra face de Comte se manifeste. É preciso esperar a década de 70 para que essa face, desvelada, torne-se parte do cotidiano, ganhe as consciências, e revele, finalmente, a sua significação”.

Como explica Maciel de Barros (1986), dois aspectos gerais caracterizam a mentalidade cientificista ou positivista: (i) “a insistência em derivar do *ser*, da *realidade*, o *dever-ser*, o *valor*” (*Ibidem*, p. 107); (ii) a “consciência histórica” decorrente da compreensão de que “o mundo humano, enquanto objeto de conhecimento, não mais é dado como algo que *é*, mas como algo que *vem a ser*” (*Ibidem*, p. 109). Considerando o primeiro aspecto, note-se, não resta qualquer elemento que nos permita distinguir os valores e a consciência humana dos fenômenos naturais. Assim, conhecer a natureza equivale não apenas a conhecer “o *ser* das coisas ou as relações entre os seres”, mas, ao mesmo tempo, “o *objetivo* claro de nossa conduta”, isto é, nossa ação encontra-se submissa ao determinismo das coisas que cabe à razão desvendar a fim de orientar a ação. Quanto ao segundo ponto, trata-se de enfrentar o fato de que a história não é estática, mas dinâmica. Ao mesmo tempo, “o filósofo deve compreender que a evolução humana obedece a leis rigorosas; que o determinismo presente no mundo natural e o mesmo que rege o desenvolvimento da humanidade” (Cf. *Ibidem*, p. 109).

A combinação destes dois aspectos característicos do movimento positivista, considerando o tema da moralidade que, aqui, nos interessa, leva-nos às seguintes constatações: (i) a de que há uma vinculação necessária entre ação moral e conhecimento objetivo da realidade; (ii) de que o modo como se deve agir mediante o conhecimento atual que se tem acerca da realidade deve estar, intrinsecamente, relacionado ao destino histórico, ao *vir a ser*, determinado pelas leis da história. Assim, ao positivismo coube uma dupla tarefa: (i) desvendar as leis do porvir e, como se sabe, a “lei dos três estados”, tal como formulou Auguste Comte, é uma delas; (ii) mediante o conhecimento desta lei, dirigir, moralmente, a ação humana. Esta combinação pode ser traduzida na feliz afirmação de Maciel de Barros (1956, p. 111): “Só é possível *prover* se se *prevê* – e só se *prevê* se se *conhece*”.

Estes dois aspectos encontram-se na obra Pereira Barreto. Como avalia Maciel de Barros (1986, p. 123), referindo-se a outro trabalho de sua autoria (1967), no que diz respeito à qualidade filosófica, a obra de Pereira Barreto não se destaca: “sua significação, antes, se encontrava no esforço de interpretar, à luz da filosofia positivista da história, a vida brasileira, integrando-a no esquema geral da evolução humana”. Assim, Pereira Barreto inscreve-se no circuito da *ilustração brasileira*: ele envolve-se na tarefa de “elevar” o Brasil “ao nível do século”, já que somos, apenas, uma nação fora de fase, longe do estágio positivo. Não há, por conseguinte, qualquer distinção entre o Brasil e a humanidade inteira, pois todos estão sujeitos a uma só “lei genérica” da história.

A fim de indicar, claramente, o papel de Luís Pereira Barreto no cenário da ilustração no Brasil, Maciel de Barros (Cf. 1967, p. 14) ressalta que a geração de intelectuais que se estende de 1868-1870 ao início da primeira grande guerra põe-se diante de uma tarefa que a distingue da geração precedente, a dos românticos. Se estes insistiram “no típico e no insólito”, isto é, tentaram identificar “nossa peculiaridade” visando à nossa “afirmação como povo”, a geração que se segue, a saber, a ilustração de mentalidade cientificista, revela outra perspectiva: “[...] ela já não quer por em relevo o específico nacional, mas integrar-nos na civilização ocidental; compreender nossas diferenças em relação com os países mais adiantados do Ocidente não como uma ‘diferença de natureza’, mas como uma diferença de fase histórica, apreendida segundo o modelo de uma filosofia progressista da história, em função da qual se esclarecesse o nosso *atraso cultural* e se definisse um programa político-social, com um alto alcance pedagógico, capaz de *acelerar* nossa marcha, a fim de pudéssemos alcançar os vanguardeiros da civilização. Ora, tal esquema de pensamento implica, precisamente, uma visão universalista e prospectiva do homem e de sua história, como a que iria marcar a ‘ilustração brasileira’” (*Ibidem*, p. 14-15).

Nesse sentido, é fácil notar a razão pela qual o positivismo de Comte encontrou êxito no Brasil: trata-se da forma, isto é, da doutrina, que se ajusta à matéria, os dilemas nacionais: “Efetivamente, a filosofia de Comte afirma a unidade fundamental do espírito humano, sua obediência a uma mesma lei de evolução e prevê término do processo evolutivo. O processo e seu término são concebidos como necessários (e porque necessários valiosos, *desejáveis*), mas resta ao homem uma tarefa: compreendido o processo, trabalhar para *acelerá-lo*” (MACIEL DE BARROS, 1967, p. 15). Dessa maneira, compreender a visão de Pereira Barreto exige o exame de, pelo menos, duas dimensões ou dois aspectos integrados em sua obra: (i) sua visão universalista, que busca compreender nossa realidade histórica inserindo-a nos quadros da história universal; (ii) sua visão prospectiva do homem e da história que fornece o programa de transformações a serem realizadas (Cf. *Ibidem*, p. 15). E este duplo aspecto que gostaríamos de examinar agora.

3. Pereira Barreto: universalismo positivista e visão programática acerca do Brasil

Entre os elementos da doutrina positivista de Auguste Comte merece destaque a famosa lei dos três estados. A ela, conforme Maciel de Barros (1967), Luís Pereira Barreto manter-se-á fiel durante toda a vida. Nesse sentido, em um de seus trabalhos de estreia, a *Teoria das gastralgias e das nevroses em geral* (1865), tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e com a qual ele consegue obter a licença para o exercício da medicina no Brasil, ao realizar uma breve caracterização do positivismo, Pereira Barreto admite alguns princípios que estão “fora de toda a contestação”:

Todos os fenômenos quaisquer, astronômicos ou físicos, químicos os biológicos, sociais ou morais, estão sujeitos a leis fixas e invariáveis;
Que os três aspectos fundamentais da nossa natureza, de acordo com a observação de todos os séculos, são: a inteligência, o sentimento e a atividade;
Que a lei, que rege a marcha das operações intelectuais, consiste *na passagem necessária de toda concepção teórica por três estados sucessivos: o primeiro teológico ou fictício, o segundo metafísico ou abstrato, o terceiro positivo ou real*. O primeiro é sempre provisório, o segundo puramente transitório, o terceiro único definitivo. Este terceiro difere sobretudo dos dois outros por sua substituição característica do *relativo* ao *absoluto*, quando o estudo das leis substitui, enfim, por toda parte a indagação das causas primárias ou finais. (PEREIRA BARRETO, *Teoria*, 1967, p. 36)

Se as operações intelectuais são regidas por três estados, analogamente, nossa atividade segue um desenvolvimento paralelo: num primeiro momento é “ofensiva”, em seguida “defensiva”

e, finalmente, “pacífica”, pois “nosso amor pela paz não pode surgir senão com as convicções relativas de nossa plena maturidade” (Cf. *Ibidem*, p. 36-37). Quanto ao sentimento, depende ele da inteligência e da atividade: “nossa vida afetiva” começa pela *afeição*, passando à *veneração* e, finalmente, à *bondade* (Cf. *Ibidem*, p. 37). Note-se, assim, que a compreensão do homem sujeitado a leis inflexíveis que determinam o processo de desenvolvimento histórico, social e moral, constitui um elemento fundamental na tarefa transformadora de Pereira Barreto.

O mesmo se aplica à compreensão da realidade brasileira. Com efeito, em *As Três Filosofias*, das quais apenas duas foram publicadas, *A Filosofia Teológica*, de 1874, e a *Filosofia Metafísica*, de 1877, Pereira Barreto procura, propriamente, submeter a própria realidade nacional à lei dos três estados que rege a humanidade. É o que se pode verificar nas páginas iniciais de *A Filosofia Teológica*:

Vamos apresentar sucessivamente à apreciação do intelecto brasileiro a filosofia teológica, a filosofia metafísica e a filosofia positiva. A primeira se refere aos conservadores, os representantes do antigo passado; a segunda aos liberais, os representantes do passado moderno; a terceira aos contemporâneos efetivos da ciência atual, os representantes do presente e do futuro. O leitor deverá ver em nosso critério histórico, não um vão desejo de pueril diatribe contra esta ou aquela ordem de concepções, mas sincera exposição da verdadeira teoria do progresso. (PEREIRA BARRETO, *Filosofia Teológica*, 1967, p. 149)

Note-se bem: é o próprio Pereira Barreto quem adverte para o fato de que o exame de nossa história sob a perspectiva da lei dos três estados realiza-se conforme a “sincera exposição da teoria do progresso”. Assim, os elementos críticos e as destacadas limitações de cada uma das fases da realidade nacional não são, para Pereira Barreto, “diatribes” contrárias à realidade que visam à indicação de nossos defeitos. São, ao contrário, constatações, explicitação de fatos inelutáveis. Nosso passado, marcado pelo fetichismo e pelo politeísmo, evoluindo ao monoteísmo, como explica em *A Filosofia Teológica* (1967), e que contrasta com a situação que naquele momento se apresentava a Pereira Barreto, de caráter metafísico, revelador de um espírito mais adiantado que o estágio precedente, conforme *A Filosofia Metafísica* (2001), é um dos componentes necessários da teoria do progresso. Ambos, estágios teológico e metafísico, consistem, pois, em etapas necessárias para que o estágio positivo, definitivo, possa se estabelecer.

Assim, as duas, teologia e metafísica, das “três filosofias” de Pereira Barreto, veem-se repletas de indicações de caminhos, de elementos programáticos, diríamos, que, se realizados, poderiam

conduzir a realidade brasileira ao nível das nações mais civilizadas. A ilustração brasileira da década de 1870, em meio ao turbilhão de ideias novas, para usar uma imagem cara a Silvio Romero, vê-se diante de um futuro que se abre como possibilidade de realização da tarefa de ajustar a sociedade brasileira colocando-a no compasso da civilização. Para Pereira Barreto, o elemento decisivo para isso foi a “questão religiosa”², verdadeiro divisor de águas. É o que se lê na carta endereçada aos senadores José Martins da Cruz Jobim (1802-1878) e Joaquim Floriano de Godoy (1828-1902), na abertura de *A Filosofia Teológica* (1967, p. 125):

No momento em que a sociedade brasileira cessa, oficialmente, de ser teóloga para entrar no pleno regime geral da metafísica; no momento em que saudamos essa mesma sociedade pelo progresso realizado e pelo modo solene por que afirma a sua completa emancipação de uma tutela secular, incumbe-nos em primeiro lugar o dever moral de consignar um leal testemunho de admiração e respeito para com os últimos representantes das ideias tradicionais entre nós.

Dessa maneira, é fácil perceber por que Pereira Barreto se destacará, propriamente, como um dos ilustrados mais empenhados na tarefa de “educar” a nação revestindo-a de um *ethos*, de um caráter afinado com os novos tempos. Ele próprio, Pereira Barreto, reveste-se do espírito das luzes que tão bem caracterizaram o século XVIII, como uma diferença: se os iluministas agitaram as consciências e, com isso, sacudiram o jugo das instituições consideradas iníquas, fizeram-no insuflados por uma “filosofia negativa” necessária para as transformações em curso; à filosofia positiva, conforme Comte, cabia a tarefa de edificar a sociedade, de compor a ordem e o progresso, diretriz assumida por Pereira Barreto. Esta é a chave para analisar suas inúmeras intervenções públicas e as polêmicas por ele travadas na imprensa durante a década de 1870 até o início do século XX. Nestes textos, nota-se sua tentativa de enfrentar temáticas fundamentais para a compreensão e a organização da sociedade brasileira, como o abolicionismo, por exemplo (Cf. PEREIRA BARRETO, 2003). Soma-se a tudo isso sua discussão acerca das *Soluções Positivas da Política Brasileira* (2003), sua polêmica com G. N. Norton em torno do evolucionismo, em *Positivismo e Teologia* (2003) e sua discussão com Eduardo Prado a respeito da situação brasileira no século XX (2013).

4. Considerações finais

² A respeito da “questão religiosa” vale a pena conferir o texto de Roque Spencer Maciel de Barros publicado na Coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, 6, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda.

A obra de Pereira Barreto, caracterizada pelas suas inúmeras intervenções públicas por meio da imprensa, inscreve-se num período em que os intelectuais brasileiros – ou a “ilustração brasileira”, para usar, novamente, a expressão consagrada por Roque Spencer Maciel de Barros (1956) – estão imersos na literatura filosófica de matiz positivista. No cenário de impasse – modernidade ou atraso – em que o Brasil se encontrava, conforme a avaliação dos próprios discípulos brasileiros do positivismo, a doutrina positivista, importada, cabia como uma luva. É o que se pode notar nos trabalhos críticos de Schwarz (2009)³ e Ortiz (1985), e em textos de história política de Carvalho (2002; 1999), por exemplo. De qualquer forma, ainda que não se possa atribuir originalidade às ideias de Pereira Barreto, já que, afinal, as matrizes filosóficas para o enfrentamento dos problemas brasileiros não foram por ele estabelecidas, permanece a figura do ilustrado que, certamente, teve um papel importante na formação da opinião pública brasileira do período.

Referências:

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 105-130.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CRUZ COSTA, João. *Contribuição à História das Ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

MACIEL DE BARROS, Roque Spencer. *A ilustração brasileira e a ideia de universidade*. São Paulo: Edusp/Convívio, 1986.

_____. *A evolução do pensamento de Pereira Barreto*. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1967.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAIM, Antônio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. 6. ed. Londrina: Edições Humanidades, 2007. Volume II: As correntes.

PEREIRA BARRETO, Luís. *Obras Filosóficas I*. Org. Roque Spencer Maciel de Barros. São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1967.

_____. *Obras Filosóficas II*. Org. Roque Spencer Maciel de Barros. Londrina: EDUEL, 2001.

_____. *Obras Filosóficas III*. Org. Roque Spencer Maciel de Barros. São Paulo: Humanitas, 2003.

_____. *Obras Filosóficas IV* (Tomo I). Org. Roque Spencer Maciel de Barros. São Paulo: Edusp, 2013.

3 Cf. especialmente o ensaio *As ideias fora do lugar*.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

**Luís Pereira Barreto:
positivist approaches of morality and the Brazilian reality**

Abstract: This paper aims to characterize the positivist approach of morality and the Brazilian reality proposed by Luís Pereira Barreto (1840-1923). For this, it initially tries to make a small historiographical balance the position occupied by the Pereira Barreto scenario that became known as "Brazilian enlightenment." Then indicate, in general, the main theses of positivist and intellectual perspectives to read his works.

Keywords: Luís Pereira Barreto; Ethics; Positivism.

Data de registro: 31/05/2013

Data de aceite: 23/08/2013